

ARISTÓTELES E O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE MORAL: PREDETERMINISMO OU INDETERMINISMO?

Aristotle and the Problem of Moral Responsibility: Pre-determinism or Indeterminism?

Tiaraju Molina Andreazza

UNISINOS

Resumo: Quando discute os atos voluntários, em EN III 1-5, Aristóteles aborda duas questões: (i) sob que condições alguém pode ser moralmente responsabilizado por suas ações e (ii) quando alguém pode ser dito livre para executar suas ações. Aristóteles defende que podemos ser moralmente responsabilizado apenas se está em nosso poder agir e também não agir. O objetivo deste ensaio é analisar (i) e (ii), investigando se a noção “está em seu poder” é utilizada em um sentido indeterminista ou predeterminista por Aristóteles. Será defendido que há referências textuais para ambas as leituras, o que torna a questão insolúvel.

Palavras-chave: Indeterminismo. Predeterminismo. Voluntário.

Abstract: When discusses the voluntary acts, in EN III 1-5, Aristotle deals with two questions: (i) under which conditions someone can be morally responsible for his actions and (ii) when someone can be seen as free to act. Aristotle argues that we can be morally responsible only if is in our power to act and also it is in our power not to act. The aim of this essay is to analyze (i) and (ii), considering if the concept of “in our power” is used by Aristotle in an indeterminist or pre-determinist sense. It will be defended that there are textual references in favor of both interpretations, from which we can conclude that the question is unsolvable.

Key words: Indeterminism. Predeterminism. Voluntary.

Considerações iniciais

Quando Aristóteles discute os atos voluntários, na *EN* III 1-5, ele aparentemente aborda dois tópicos: (i) sob que condições alguém pode ser moralmente responsabilizado por suas ações e (ii) quando alguém pode ser dito livre para executar suas ações. Os tópicos, apesar de *prima facie* constituírem investigações

distintas, possuem o seguinte ponto de intersecção: usualmente se pensa que a avaliação moral de um ato, e o conseqüente juízo de aprovação ou censura ao qual ele está suscetível, tem como condição indispensável que o agente poderia não tê-lo realizado, no sentido de que estava em seu poder não agir. Aristóteles não rejeita essa intuição comum. Ele entende, então, que um homem apenas pode ser moralmente responsabilizado quando está em seu poder agir ou não agir.

No entanto, como Aristóteles compreende a noção de “estar em seu poder”? Ele pode querer significar que é suficiente que (a) o agente tenha podido, de uma forma geral, fazer x ou $\sim x$, embora não lhe seja possível, na situação particular em que está decidindo e agindo, optar pelos contrários, ou, alternativamente, ele pode argumentar que (b) o agente tem de poder fazer x ou $\sim x$ na situação particular sendo as circunstâncias as mesmas. Se Aristóteles aceitar (a), ele se compromete com uma resposta predeterminista para a questão (ii), adotando uma noção fraca de responsabilidade em resposta à questão (i). Porém, se aceitar (b) Aristóteles oferece uma concepção indeterminista em resposta à (ii), ao mesmo tempo em que adota uma noção forte de responsabilidade moral em resposta à (i).

O objetivo deste artigo é investigar como Aristóteles responde às questões (i) e (ii). Na primeira parte será exposta a (I) “visão oficial” de Aristóteles (aceita, eu presumo, por quase todos os comentadores), aquela que, julgo, representa a sua resposta direta àquelas questões. A dificuldade é que essa visão oficial é insuficiente e está aberta a alguns paradoxos, de modo que para tornar coerente a argumentação aristotélica os comentadores sentem a necessidade de suplementá-la. Será então exposta (II) uma possível “visão não-oficial” que é adequada para corrigir as incompletudes da visão oficial. Tendo a visão aristotélica delineada, a próxima seção avaliará se Aristóteles é mais bem interpretado de acordo com a interpretação (a) ou (b) da noção “estar em seu poder”. Concluirei que a posição Aristotélica é insuficientemente precisa para ser classificada, com segurança, em qualquer um dos lados, mas que é possível articular uma leitura indeterminista a partir da consideração de alguns de seus pressupostos.

A teoria da responsabilidade moral de Aristóteles: a visão oficial

Aristóteles inicia o livro III da *EN* posicionando o voluntário no campo das ações que “se dispensa louvor ou censura”, e o seu inverso, o involuntário, no âmbito daquelas que são “dignas de perdão e às vezes piedade”. Em acréscimo, ele também entende que o primeiro tipo de ações é suscetível de “honras” e o segundo tipo de “penalizações” por parte do legislador¹. Em outras palavras, podemos inferir que Aristóteles está aqui se pronunciando a respeito do problema da responsabilidade moral. A conexão não é explícita, pois Aristóteles se furta de se referir diretamente ao problema, mas parece intuitivamente implausível pensar que um agente pode ser punido legalmente (ou moralmente elogiado) por uma ação pela qual ele não é responsável. Com isso, é seguro afirmar que quando Aristóteles define o voluntário ele está *ao menos* estabelecendo uma condição necessária para a atribuição de responsabilidade moral (na seção 1.2 será abordado se o voluntário é também condição suficiente).

Aristóteles procede definindo primeiro o involuntário, para apenas então distingui-lo do voluntário. A definição especifica duas condições que se presentes em um ato o caracterizam como involuntário: (i) é compulsório ou forçado e/ou ocorre (ii) por ignorância². (i) Ações forçadas são aquelas cujo princípio motor se encontra fora do agente, que em nada contribui para a ação³. Aristóteles está pensando em pessoas que são levadas pelo vento, conduzidas por sequestradores, que caem de um prédio em razão da gravidade, que se afundam no mar por estarem com roupas muito pesadas etc. O ponto crucial é que a causa das ações não se encontra no agente, mas nos fatores externos que geram o movimento (das partes do corpo) independentemente da contribuição dos fatores internos (o próprio agente produzindo o movimento). Pode-se afirmar que em ações como essa a causa não está no agente.

Ao contrapor os fatores externo e interno é importante sublinhar que a distinção tem em vista a origem motora do movimento que faz com que o agente

¹ *EN* 1109b 30-35.

² *EN* 1110a 1.

³ *EN* 1110a 5.

ponha em ação as partes do seu corpo, e não algo como a fonte da motivação do agente. Nesse sentido não se diz que é involuntário agir segundo aquilo que traz prazer, apesar do prazer de um determinado objeto ser, estritamente falando, um fator externo que conduz o agente a um curso de ação particular. Aristóteles é claro quando diz que “se assim fosse, todos os atos seriam compulsórios e forçados, pois tudo que fazemos tem essa motivação”, e que é um contrassenso “responsabilizar as circunstâncias externas e não a si mesmo, julgando-se facilmente arrastado por tais circunstâncias”⁴. É um contrassenso porque ações desse gênero não são forçadas, uma vez que o princípio motor se encontra no agente e ele é a causa da ação. Ademais, Aristóteles pretende incluir sob a voluntariedade também as crianças e os animais, por isso a necessidade de se definir o involuntário em termos de causa fora do agente⁵. Na medida em que o voluntário denota as ações em que a causa está no agente, é irrelevante saber se a ação é virtuosa ou viciosa, se a motivação é apetitiva ou racional, pois em ambos os casos a “causa é uma só e a mesma”. Por conseguinte, “as paixões irracionais não são consideradas menos humanas do que a razão; também as ações que procedem da cólera ou do apetite são ações do homem”, do que se segue que “seria estranho trata-las como involuntárias”⁶. Assim, por ações forçadas Aristóteles entende aquelas realizadas por um fator externo em que o agente *em nada* contribui para o princípio motor da ação⁷.

(ii) É possível, entretanto, que o ato seja causado pelo agente e, apesar disso, seja involuntário. Isso ocorre sempre que o ato for feito pela “ignorância dos particulares, ou seja, das circunstâncias do ato e dos objetos com que ele se relaciona”⁸. Aristóteles designa seis tipos de ignorância que podem estar envolvidos na ação: quando o agente (i) ignora a si mesmo, (ii) o que está fazendo (ao contar um segredo que não sabia se tratar de um segredo), (iii) sobre que coisas ou pessoas está agindo (ao confundir o filho com o inimigo), (iv) qual o instrumento que utiliza (pode pensar que uma poção é curativa, quando na verdade é venenosa), (v) com que fim

⁴ EN 1110b 10-15.

⁵ EN 1111a 25.

⁶ EN 1111b.

⁷ EN 1110b 15-20.

⁸ EN 1110b 30.

(pode oferecer a opção para curar o paciente, ignorando que a poção pode mata-lo) e (vi) de que maneira age (um pugilista que golpeia o inimigo com a intenção de nocauteá-lo, mas emprega força de mais e acaba o matando)⁹. Em todos esses casos, o agente age por ignorância e a suas ações, por conseguinte, merecem piedade e perdão, antes que censura. A ação é involuntária e o agente não é responsável por ela.

Aristóteles também está adotando uma noção restrita dos tipos de ignorância que contam para a involuntariedade do ato. Um agente pode ignorar o que é o correto, e assim agir injustamente, mas não se diz que em razão dessa ignorância ele age involuntariamente. Aristóteles parece contrapor dois tipos de ignorância: a particular, evidenciada pelas seis espécies acima destacadas, e a universal que é a ignorância do correto. A última conduz à maldade e é voluntária, ao passo que a primeira é involuntária¹⁰. Dessa forma, Aristóteles autoriza a responsabilização moral pela ignorância da virtude.

Assim, atos pelos quais o agente não pode ser moralmente responsabilizado são aqueles em que (i) ele age por força ou compulsão e/ou (ii) ignora as circunstâncias particulares. Inversamente, o agente pode ser responsabilizado pelas ações que (i') o princípio motor se encontra em si mesmo (a causa está no agente ou a causa é interna) e que ele tenha realizado segundo (ii') o conhecimento das circunstâncias particulares do ato. Percebe-se que as condições (i) e (ii) são condições que não precisam estar presente ao mesmo tempo para caracterizar um ato como involuntário, ao passo que as condições (i') e (ii') precisam ser satisfeitas conjuntamente para um ato ser voluntário. Além disso, (i') esclarece (i), pois mostra que a ação forçada tem de ser entendida como uma ação cuja causa é o próprio agente.

Quero voltar agora para o problema com que iniciei este artigo, a saber, como Aristóteles entende o “estar sob o seu poder”. A definição do voluntário busca propriamente explicar essa noção, que por sua vez estabelece a condição para a responsabilização moral. Porém, o que foi até aqui exposto (as condições i' e ii') são insuficientes para esse propósito. A condição (i') pode ser resumida com a seguinte

⁹ EN 1110a 5-15.

¹⁰ EN 1110b 30.

frase de Aristóteles: “o homem age voluntariamente, pois nele se encontra o princípio que move as partes apropriadas do corpo em tais ações”¹¹. Fosse essa a caracterização do “estar sob o seu poder”, seguir-se-ia que tal noção seria equivalente a “estar no agente” simplesmente. A consequência dessa equivalência é que a batida do coração ou a circulação do sangue no organismo seriam voluntárias. Assim, se o coração parar de bater sem nenhum motivo aparente, o indivíduo seria moralmente responsabilizado pela sua morte. Obviamente que não é isso que Aristóteles tem em mente. É preciso, pois, refinar a condição (i') recorrendo ao que Aristóteles escreve nas linhas imediatamente subsequentes ao excerto supracitado: “aquelas coisas cujo princípio motor está em nós, em nós está igualmente o fazê-las ou não as fazer”. Essa frase assinala que “estar sob o seu poder” não significa tão somente estar no agente a causa da ação. A causa interna é uma condição necessária, porém não suficiente. É preciso que a ação seja tal que o agente poderia não tê-la realizado. Com isso tem-se que o “está no agente” não é, nem pode ser, equivalente ao “está sob o seu poder”. Assim, é possível formular uma definição do voluntário a partir de três condições:

(1) A faz x voluntariamente se somente se: (i) a causa de x é A, (ii) A poderia ter feito x ou \sim x e (iii) A era conhecedor das circunstâncias particulares envolvidas.

A visão não-oficial

Porém, a definição (1) acima não está livre de problemas. Irwin denuncia que caso se tome a teoria da voluntariedade aristotélica sem qualificá-la (tomando-a como suficiente para a responsabilização moral) tem de se concluir que Aristóteles adota o seguinte conjunto incoerente de teses¹²:

¹¹ EN 1110a 15-20.

¹² Exatamente o mesmo ponto é levantado por Heinaman: “By contrast, the Nicomachean Ethics cannot allow that voluntariness or being the cause of an action suffices for moral responsibility. For it asserts that animals – obviously not morally responsible agents – act voluntarily, and so cause their voluntary actions” (HEINAMAN, R. “Voluntary, Involuntary and Choice”. In: ANAGNOSTOPOULOS, G. *A Companion to Aristotle*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p.492.

- (a) A é responsável (um apropriado candidato para elogio e censura) por fazer x se e somente se A faz x voluntariamente
- (b) Animais e crianças agem voluntariamente
- (c) Animais e crianças não são responsáveis pelas suas ações¹³

A definição “oficial” de voluntário (1) não exclui as crianças e os animais, e Aristóteles afirma textualmente que eles estão sob a alçada do voluntário (*EN* 1111a 25). Ainda assim, faz pouco sentido pensar que Aristóteles estivesse defendendo que crianças e animais podem ser moralmente responsabilizados por seus atos (embora não haja alguma menção explícita por parte de Aristóteles que autorize [c]). Por isso, tomadas em conjunto, (a), (b) e (c) mostram que o voluntário é condição apenas necessária, e não suficiente, da ação responsabilizável¹⁴. É preciso, pois, qualificar a definição (1) bem como a tese (a) apresentada por Irwin¹⁵.

¹³ IRWIN, T. “Reason and Responsibility in Aristotle”. In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle’s Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.125.

¹⁴ Estritamente falando, como alerta Curren (“The Contribution of ‘Nicomachean Ethics’ iii 5 to Aristotle’s Theory of Responsibility”. *History of Philosophy Quarterly*, 6 (3), 1989, p.266) e também Heinaman (“Voluntary, Involuntary and Choice”. In: ANAGNOSTOPOULOS, G. *A Companion to Aristotle*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p.492), o voluntário pode sequer ser uma condição necessária para a responsabilização moral, uma vez que aparentemente Aristóteles concede a possibilidade de que ações realizadas *na* ignorância sejam involuntárias (porque o agente desconhece as circunstâncias particulares), porém responsabilizáveis, porque o estar na ignorância é algo que foi causado pelo agente em primeiro lugar. O exemplo clássico para esse caso é o de uma pessoa alcoolizada, que Aristóteles afirma dever ser “punida por sua própria ignorância [...] pois o princípio motor está no próprio indivíduo, visto que ele tinha o poder de não se embriagar” (*EN* 1113b 30). Porém, penso que o caso aqui é *sui generis* e não requer uma modificação da definição proposta em (1). Embora uma ação na ignorância seja involuntária, é pelo voluntário (pelo estado de ignorância ser algo voluntariamente adquirido) que Aristóteles introduz a responsabilização. É uma solução que remete ao passado: o embriagado não pode, no momento em que age, realizar ações contrárias, mas essa impossibilidade é voluntariamente adquirida, no sentido de que (i) o seu ato de beber não foi forçado (ele é a causa do movimento) e (ii) ele sabia que beber em demasia o conduziria àquele estado (ele tinha conhecimento das circunstâncias particulares). Pode-se dizer que embora o voluntário não seja uma propriedade do ato de uma pessoa embriagada, tal pessoa é moralmente responsabilizada através da própria noção de voluntário. Não penso que haja qualquer outra solução (que não remeta ao passado) para mostrar como os agentes podem ser responsabilizáveis por ações realizadas na ignorância.

¹⁵ Além de Irwin, outros especialistas como Zingano concordam com este ponto (ZINGANO, M. *Aristóteles: Tratado da Virtude Moral, Ethica Nicomachea I 13-III 8*. São Paulo: Odysseus Editora, 2008, p. 146)

A solução mais usual parece ser a de incluir a escolha (*prohairesis*) deliberada como condição para a responsabilização moral¹⁶. Irwin introduz essa hipótese ao restringir a responsabilização para o que é peculiar a humanos adultos: a ação a partir da deliberação. O problema é que Aristóteles claramente afirma que a voluntariedade do ato independe da deliberação (justamente por isso ele entende que crianças e animais podem agir voluntariamente). A solução adotada por Irwin acrescenta uma condição para a responsabilização moral que excede a definição do voluntário, dessa forma acentuando para a necessidade de se entender o voluntário apenas como condição necessária para a responsabilização. Se Aristóteles pensou que o voluntário é também suficiente, então a presente proposta tem de ir além do que o próprio Aristóteles *ipsis litteris* defende. Porém, se Aristóteles efetivamente julgou que a voluntariedade é apenas necessária, mas não se pronunciou com clareza a esse respeito, então a sugestão de Irwin pode ser lida como uma natural explanação da teoria aristotélica. Independentemente de qual das duas alternativas é a verdadeira, a aposta de Irwin (e também a minha, naturalmente) é a de que essa visão não-oficial é um adendo indispensável para a visão oficial e é compatível com o pensamento aristotélico¹⁷.

Que o voluntário não implica escolha é algo bastante evidente para Aristóteles: “tanto as crianças como os animais inferiores participam da ação voluntária, porém não da escolha” e ele ainda acrescenta que “embora chamemos voluntários os atos praticados sob o impulso do momento, não dizemos que foram escolhidos”¹⁸. Aristóteles entende que a escolha pressupõe o voluntário, mas não se identifica com ele, uma vez que na definição de voluntário (1) não há qualquer menção para a deliberação prévia que é necessária para a escolha.

¹⁶ Ver, por exemplo, as seguintes interpretações: HEINAMAN, R. “Voluntary, Involuntary and Choice”. In: ANAGNOSTOPOULOS, G. *A Companion to Aristotle*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p.483-497; IRWIN, T. “Reason and Responsibility in Aristotle”. In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle’s Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.117-155; CURREN, R. “The Contribution of ‘Nicomachean Ethics’ iii 5 to Aristotle’s Theory of Responsibility”. *History of Philosophy Quarterly*, 6 (3), 1989, p.261-277.

¹⁷ IRWIN, T. “Reason and Responsibility in Aristotle”. In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle’s Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.142.

¹⁸ EN 1111b 5-10.

Aristóteles entende que a escolha é algo próprio das criaturas racionais, porque envolve “um princípio racional e pensamento”. Ela não se identifica com o desejo por x, mas com a adoção dos meios para se alcançar x. Escolhemos o que está em nosso poder, portanto podemos escolher sempre os meios e jamais o fim¹⁹, que não é objeto de deliberação (eu não posso desejar ser infeliz, por exemplo²⁰). Fugiria dos estritos propósitos da presente investigação analisar como Aristóteles aborda todo o assunto. O essencial é ter em mente que o objeto de escolha é uma coisa que está em nosso poder (de dizer sim ou não) e que é desejado após deliberação. Com isso Aristóteles define a escolha como “um desejo deliberado de coisas que estão ao nosso alcance”²¹. Os animais não são capazes de escolha e deliberação porque a escolha é um desejo deliberado que ocorre no interior da parte racional da alma, parte que os animais não têm²². Os animais e as crianças sempre agem orientados por um impulso, e não pelo desejo racional.

A proposta de Irwin consiste em acrescentar à definição (1) a condição da ação com base na escolha, portanto pressupondo tanto racionalidade quanto deliberação prévia. Não se trata, como Irwin deixa claro, de redefinir o conceito de voluntário, mas de tomá-lo como apenas uma das condições para a responsabilização moral. Dessa forma, Irwin propõe a seguinte estipulação das condições para o ato responsabilizável²³:

(2) A é responsável por fazer x se e somente se (i) A é capaz de escolha a respeito de x e (ii) A faz x voluntariamente

Irwin chama a atenção que se a cláusula (i) fosse proposta em termos de “A em algumas ocasiões escolhe”, A poderia ser responsável por x mesmo se o seu desejo para fazer a ação específica x não pudesse ter sido escolhido. Por outro lado, se a

¹⁹ EN 1111b 25-30.

²⁰ EN 1112b 10-15.

²¹ EN 1113a 10-15.

²² EN 1138a 20-30.

²³ IRWIN, T. “Reason and Responsibility in Aristotle”. In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle's Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.132.

definição estabelecesse que a condição “A escolheu fazer x”, seguir-se-ia que haveria ações voluntárias de humanos adultos que não seriam responsabilizadas (ações orientadas a partir de impulsos), o que Aristóteles rejeita expressamente. É preciso, pois, estabelecer a condição (i) em termos de capacidade de escolha. Com isso Irwin entende que pode oferecer uma razão pela qual apenas humanos adultos podem ser responsabilizados moralmente²⁴. Elimina-se, assim, a incongruência entre (a), (b) e (c), pois (a) passa a possuir a seguinte formulação:

(a*) A é responsável (um apropriado candidato para elogio e censura) por fazer x se e somente se A é capaz de escolha e faz x voluntariamente

Um objetor dessa proposta poderia indagar por que motivo a deliberação e a escolha são relevantes para a responsabilização moral. Essa resposta não é encontrada em Aristóteles, e penso que, para oferecê-la, é preciso recorrer à conexão intuitiva que há entre as noções de censura e aprovação moral, voluntariedade e capacidade para deliberação. A conexão intuitiva é vista quando, cotidianamente, nos privamos de julgar moralmente aquelas ações que não são resultado ou de uma deliberação prévia ou que não foram realizadas por uma pessoa capaz de deliberar. O caso de pessoas com alguma deficiência mental que as impossibilita de refrear os impulsos é exemplar. As ações de pessoas assim são voluntárias, porém não diríamos que elas podem ser responsabilizadas porque são ações originadas de impulsos e não de desejos racionais, isto é, desejos pelo o que elas consideram, após deliberação, bom.

Irwin enuncia que introduzir a deliberação evita que o agente se torne um mero espectador passivo dos seus desejos. Ele argumenta que uma pessoa responsabilizável tem de poder afetar os seus desejos mediante o uso das suas faculdades racionais, ao invés de simplesmente agir segundo desejos compulsivamente irresistíveis (como o caso dos animais e crianças)²⁵. Quer dizer, o

²⁴ IRWIN, T. “Reason and Responsibility in Aristotle”. In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle’s Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.130-131.

²⁵ IRWIN, T. “Reason and Responsibility in Aristotle”. In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle’s Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.131-132.

desejo que causa a ação tem de ser, ele mesmo, algo para o qual o agente pode responder com um sim ou com um não. Porém, a conexão é intuitiva porque “nós normalmente supomos” que tem de ser assim.

Curren segue a mesma linha interpretativa de Irwin (porém, assim como Heinaman, sem explicitamente notar o aspecto “não-oficial” dessa interpretação)²⁶. Ele argumenta que ao comentar a respeito dos animais e das crianças, Aristóteles acaba por evidenciar as habilidades dos humanos adultos que os tornam (diferentemente dos animais e das crianças) “agentes plenos” (*full-fledged*), “propriamente vistos como em geral responsáveis por suas ações”. As habilidades em questão se referem, para Curren, à capacidade de escolha²⁷. Por envolver uma sofisticada forma de raciocínio, que está imatura nas crianças e ausente nos animais, apenas os humanos adultos podem ser em geral responsáveis.

Em acréscimo à identificação da escolha como condição para a responsabilidade, Curren desdobra outra condição implicada, a saber, a existência do caráter moral. Aristóteles afirma que a escolha não pode ocorrer sem “razão e intelecto, nem sem uma disposição moral”. Isso porque, ele logo esclarece, “o intelecto em si mesmo não move coisa alguma”, no sentido de que ele necessita de um desejo pelo bem, promovido pela disposição (caráter) do agente (1139a 30-35). Segundo Curren, “o resultado disso é que a responsabilidade requer uma capacidade para a escolha, e a capacidade para escolha requer uma disposição de caráter”²⁸.

Para sumarizar a presente seção, quero retornar agora à caracterização da noção “está em seu poder”. Pode-se entender que, a partir de [2], a ação x está em poder de A se e somente se x satisfaz as seguintes condições: (i) a causa motora de x é interna a A ; (ii) A conhece as circunstâncias particulares envolvidas em x ; (iii) A poderia ter realizado x ou $\sim x$; (iv) A tem a capacidade de escolha a respeito de x ou $\sim x$. Assim,

²⁶ Heinaman entende que o agente apenas pode ser moralmente responsabilizado, para Aristóteles, se as suas ações são voluntárias e ele é capaz de *praxis*. Ele esclarece o ser capaz de *praxis* como ser capaz de escolha (HEINAMAN 2009, 493).

²⁷ CURREN, R. “The Contribution of ‘Nicomachean Ethics’ iii 5 to Aristotle’s Theory of Responsibility”. *History of Philosophy Quarterly*, 6 (3), 1989, p.263.

²⁸ CURREN, R. “The Contribution of ‘Nicomachean Ethics’ iii 5 to Aristotle’s Theory of Responsibility”. *History of Philosophy Quarterly*, 6 (3), 1989, p.264.

um indivíduo apenas pode ser moralmente responsabilizado por ações que estão “em seu poder” realizar.

Predeterminismo ou indeterminismo?

Em linhas gerais, as abordagens antigas ao problema se dividem em dois grupos que se distinguem quanto ao modo como caracterizam as condições suficientes para a responsabilidade moral e entendem a noção de “estar em seu poder”. Se se assume que a noção “está em seu poder” implica abertura aos contrários, pode-se entendê-la de dois modos, sendo o primeiro predeterminista e o segundo indeterminista (ou posição libertária)²⁹:

(a) *capacidade geral*: x está em poder do agente se e somente ele tem a capacidade geral para x ou $\sim x$ (na situação particular está predeterminado que ele fará x).

(b) *capacidade particular*: x está em poder do agente se e somente se ele tem a capacidade particular para fazer x ou $\sim x$ na situação particular (indeterminação causal)

Paralelamente, há duas alternativas ao modo de se responder ao problema moral acima formulado³⁰:

(a') *Concepção fraca* (predeterministas): considera como condição necessária para a responsabilização que tenha sido o agente e não alguma outra coisa causalmente responsável pela ocorrência da ação.

(b') *Concepção forte* (indeterminista): considera como condição necessária para a responsabilização que o agente poderia ter agido de outro modo na situação particular, não havendo, por isso, qualquer determinação causal prévia.

²⁹ BOBZIEN, S. “The Inadvertent Conception and Late Birth of the Free-Will Problem”. *Phronesis*, 43 (2), 1998, p.139.

³⁰ BOBZIEN, S. “The Inadvertent Conception and Late Birth of the Free-Will Problem”. *Phronesis*, 43 (2), 1998, p.135. As alcunhas fraco e forte são de minha autoria.

Sobretudo, o que tem de ser destacado para a discussão que se seguirá é que a posição predeterminista afirma que a ação, na situação particular, está causalmente determinada pelas circunstâncias internas (as crenças e os desejos do agente determinando de antemão o que o agente fará), mas que o agente pode ainda assim ser responsável pelas suas ações porque a ação (e a abertura aos contrários) *em algum ponto* dependia dele (por exemplo, dependia dele possuir as circunstâncias internas que o conduziram a x ou $\sim x$)³¹. De outro lado, a posição indeterminista repudia essa posição compatibilista por entender que o agente apenas pode ser moralmente responsabilizado por aquelas ações em que, na situação particular, havia abertura aos contrários. Naturalmente, o indeterminista defende que tais ações causalmente indeterminadas são possíveis e o agente é capaz de agir independentemente das suas inclinações internas (tese que o predeterminista, obviamente, rejeita).

A questão que norteará o restante deste artigo é a de saber se Aristóteles adota (a) e (a') ou (b) e (b') ao estabelecer a sua definição de ação responsabilizável (expressa em [2] na seção anterior). Aristóteles apresenta elementos para associá-lo a ambas as visões. No que se segue mostrarei (i) os argumentos em favor da posição predeterminista (baseiam-se, sobretudo, no papel que Aristóteles concede ao caráter). Em seguida, (ii) apresentarei como o caso das ações mistas fornece o argumento para uma posição indeterminista.

(i) No início do capítulo quinto do terceiro livro da *EN*, Aristóteles afirma que “a virtude também está em nosso poder, do mesmo modo que o vício, pois quando depende de nós o agir, também depende o não agir, e vice-versa”³², logo, ele infere, “depende de nós sermos virtuosos ou viciosos”³³. Apesar de passagens como essa sugerirem uma posição indeterminista, em outro lugar, no mesmo capítulo, Aristóteles parece predeterminar causalmente a ação quando discorre a respeito do papel do caráter. Cito a longa passagem:

³¹ Uma posição predeterminista ainda pode incluir a predeterminação por circunstâncias externas (a posição dos astros, por exemplo). Como não há, aparentemente, indício de que Aristóteles lide com esse tipo de predeterminação, a ignorarei no decorrer deste artigo.

³² *EN* 1113b 5-10.

³³ *EN* 1113b 10-15.

Podemos supor o caso de um homem que seja enfermo voluntariamente, por viver na incontinência e desobedecer aos seus médicos. Nesse caso, a princípio dependia dele o não ser doente, *mas agora não sucede assim*, porquanto virou as costas à sua oportunidade – tal como para quem arremessou uma pedra já não é possível recuperá-la; e contudo estava em seu poder não arremessar, visto que o princípio motor se encontrava nele. *O mesmo sucede* com o injusto e o intemperante: a princípio dependia deles não se tornarem homens dessa espécie, de modo que é por sua própria vontade que são injustos e intemperantes; e *agora que se tornaram tais, não lhes é possível ser diferentes* (meus itálicos)³⁴.

Creio ser indubitável: na passagem acima Aristóteles afirma com clareza e precisão que o agente não pode, na situação particular sendo as circunstâncias as mesmas (isto é, sendo o seu caráter o mesmo), agir diferentemente. A ação é causada pelas disposições do caráter e, nesse sentido, que uma ação está em poder do agente significa, tão-somente, “que a princípio” dependia dele. Em outras palavras, se no momento particular a ação está predeterminada isso não significa que (i) a ação não está em poder do agente e que o agente não é responsável por ela. Aristóteles parece filiar-se naturalmente à posição predeterminista exemplificada em (a) e (a’).

A posição aparentemente defendida por Aristóteles entende que a ação do agente sempre pode ser explicada considerando o seu caráter, como se não houvesse a possibilidade de um justo agir injustamente ou um injusto agir justamente e como se fosse sempre possível predizer qual o curso de ação uma pessoa adotará a partir da consideração do seu caráter. É sabido que para Aristóteles toda a ação necessita de um desejo, e que o desejo tem por objeto um fim que é identificado pelo agente como um determinado bem³⁵. Em *EN* 1113b 1-10 Aristóteles aborda uma objeção ao seu sistema, segundo a qual “todos os homens desejam o bem aparente, mas não têm nenhum controle sobre a aparência, e que o fim se apresenta a cada um deles de uma forma correspondente ao seu caráter”. Imediatamente Aristóteles refuta essa objeção argumentando que o homem era responsável pelo seu caráter que forma o modo como o fim se apresenta a si mesmo. O que essa refutação por parte de Aristóteles demonstra é a sua compreensão da função vital do caráter que, à primeira vista,

³⁴ *EN* 1114a 15-25.

³⁵ *EN* 1113a 15-20.

consiste em determinar causalmente o comportamento ou oferecer as causas antecedentes da ação.

A posição predeterminista possui a seguinte complicação: um agente não pode agir contrariamente ao seu caráter. E se o caráter é adquirido, como Aristóteles observa reiteradas vezes, pela prática de atos ou pelo hábito³⁶, segue-se que uma vez possuindo um caráter injusto não há mais possibilidade de reformar esse caráter, pois não há mais a possibilidade de se praticar atos virtuosos necessários para tal modificação³⁷. Hobuss, em um artigo destinado a situar o problema em torno da questão a respeito da fixidez do caráter, elenca diversas passagens no *corpus* aristotélico que sugerem a “fixidez” do caráter e a sua característica de “segunda natureza”³⁸. Passagens em que Aristóteles enuncia claramente que um homem bom jamais pode comportar-se contrariamente à sua disposição³⁹, que uma determinada disposição não pode produzir efeitos contrários⁴⁰ ou que o hábito acaba por tornar-se uma segunda natureza do homem⁴¹. Assim, caso se assuma essa fixidez do caráter, Aristóteles teria de, logicamente, aceitar uma tese mais fraca de responsabilidade (tese a’). O injusto seria responsável pelos seus atos injustos porque, em algum momento, estava em seu poder tornar-se justo ou injusto e ele, por suas ações voluntárias, tornou-se injusto. A solução aqui adotada se assemelha àquela que Aristóteles adota para mostrar porque atos praticados *na* ignorância podem ser responsabilizáveis. É uma solução que remete ao passado, ao momento da aquisição da disposição.

³⁶ EN 1103a 15-20.

³⁷ Williams critica precisamente esse aspecto da filosofia moral aristotélica. O pano de fundo da crítica de Williams é a aceitação de que Aristóteles está operando a partir de um predeterminismo causal em que não está aberto ao injusto a possibilidade dele agir justamente por meio da “razão prática”. A filosofia moral aristotélica, para Williams, “cannot be used by those who most need it” (WILLIAMS, B. *Ethics and the Limits of Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1985, p.40).

³⁸ HOBUSS, J. Caráter e Disposição em Aristóteles. In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.69-74.

³⁹ EN 1100b 18-22.

⁴⁰ EN 1129a 11-15.

⁴¹ EN 1152a 29-31.

Entender Aristóteles como sustentando (a) e (a') é bastante recorrente (talvez seja inclusive a interpretação padrão)⁴². A própria Bobzien adota essa interpretação. Ela remete a *EN* 1113a 10-11 em que Aristóteles estabelece que escolhemos o que depende de nós para argumentar que, nesse caso, a escolha é *sobre* o que depende de nós, e não algo que depende de nós. A tese de Bobzien é que não há em Aristóteles uma preocupação com o problema do determinismo causal⁴³. Aristóteles não sentiu necessidade de defender uma “liberdade para agir de outro modo sendo as circunstâncias as mesmas” e não ofereceu um tratamento “filosófico” da noção do “estar em nosso poder” (ela defende que é somente a partir de Alexandre de Afrodísia que surge o problema da liberdade, isto é, o problema de conciliar a liberdade para fazer de outro modo com a determinação causal proveniente da natureza ou do caráter)⁴⁴.

Se a leitura acima for aceita, significa que Aristóteles está adotando uma tese compatibilista conforme a qual a predeterminação causal não é contraditória com a noção de responsabilidade moral. Não é porque se entende que “em um nível genérico” ou geral, tanto a ação x quanto $\sim x$ dependia do agente, pois estava sob o seu poder adquirir a disposição que o predeterminaria, na situação particular, a fazer x ou $\sim x$. A solução é remontar à responsabilidade ao momento em que o agente adquire a disposição. Essa solução pode ser chamada de “argumento da transitividade”.

⁴² Além de Bobzien, a tese de que Aristóteles aceita uma predeterminação causal está expressamente presente em Huby (“The First Discovery of the Freewill Problem”. *Philosophy*, 42 (162), 1967, p.353-362), Gould (“The Stoic Conception of Fate”. *Journal of the History of Ideas*, 45 (1), 1974, p.17-32), Hardie (“Aristotle and the Freewill Problem”. *Philosophy*, 43 (165), 1968, p.274-278) e Irwin (“Reason and Responsibility in Aristotle”. In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle's Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.117-155).

⁴³ Em larga medida Bobzien segue Huby. Para Huby Aristóteles não tomou esse problema ou o problema da predeterminação causal por fatores internos (ela denomina o que eu aqui estou me referindo por predeterminismo de determinismo psicológico) seriamente. A sua posição é que Aristóteles dispunha de todos os elementos postos para inferir esse tipo de determinismo, mas não fez “a conclusão óbvia” subentendida nas suas premissas. Ela chama a atenção para quando Aristóteles discute sobre comportamentos depravados provenientes de condições patológicas (em *EN* 1145a 30) sem demonstrar qualquer preocupação com o problema da liberdade. A sua conclusão é que Aristóteles assume uma posição libertária (b e b') que é contraditória com os seus pressupostos deterministas (predeterministas) (HUBY, P. “The First Discovery of the Freewill Problem”. *Philosophy*, 42 (162), 1967, p.353-362).

⁴⁴ BOBZIEN, S. “The Inadvertent Conception and Late Birth of the Free-Will Problem”. *Phronesis*, 43 (2), 1998, p.144.

Contudo, há boas razões para se evitar associar Aristóteles a esse predeterminismo em que as disposições de caráter são sempre causa das ações, e à sua estratégia compatibilista a partir do argumento da transitividade. Em primeiro lugar, esse argumento envolve um regresso vicioso. Zingano alerta que embora Aristóteles o use no caso da perda momentânea do uso da razão (o caso da pessoa embriagada abordado por mim na nota 5), se trata de um uso limitado e não de um uso irrestrito para todos os casos concernentes à responsabilização. O ponto é precisamente o seguinte: a aquisição primeira de um caráter depende da influência de fatores externos (como a educação, a cultura, o meio social etc.) ao agente, de modo que o primeiro caráter não estava em poder do agente. Sempre é possível remeter ao momento de aquisição do caráter e fazer o questionamento pelas suas causas. Como o agente precisa de um caráter para agir, o seu “primeiro” caráter necessariamente tem de se originar de causas externas (além da educação, é possível falar em herança hereditária). Assim, o argumento da transitividade se mostra insatisfatório porque ele implica que as ações não estão em poder do agente nem em um nível geral⁴⁵. Não estão porque o agente não pode agir contrariamente às suas disposições e estas disposições não foram adquiridas voluntariamente quando da formação do caráter.

(ii) O problema gira em torno da seguinte premissa: o agente não é responsável propriamente pelas suas ações, mas por seu caráter que é causa de suas ações. Porém, pode ser o caso que essa premissa seja falsa e que o agente pode ser responsabilizado pelas suas ações propriamente. A objeção de Gould, por exemplo, admite a possibilidade de que o agente possa agir contrariamente às suas disposições. E isso mostra uma falha na sua argumentação, uma vez que se há essa possibilidade, isto é, se se aceita que o agente pode agir contrariamente às suas disposições, não é necessário remeter o problema da responsabilidade ao caráter (o que Gould faz). É possível, caso Aristóteles rejeite esse determinismo psicológico apontado por Huby, filia-lo à posição indeterminista expressa em (b) e (b’).

⁴⁵ ZINGANO, M. “Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder”. In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.94.

Hobuss apresenta passagens em que Aristóteles afirma que Deus e o homem são capazes de fazer o mal, embora isso não constitua o seu caráter (passagem dos *Tópicos* IV), e que é possível sendo bom tornar-se mau (*Categorias* 10). São passagens que indicam a estabilidade do caráter, mas não a sua fixidez⁴⁶. Outros autores utilizam essas passagens para defender que não se pode “dramatizar” a estabilidade do caráter, posto que este apenas empresta regularidade às ações⁴⁷. Natali, procedendo na mesma direção, argumenta que a percepção de um determinado fim (algo que é posto pelas disposições do agente) não implica a ativação da causa motora⁴⁸. O que tanto Natali quanto Zingano defendem é que não há porque assumir o pressuposto predeterminista (e conseqüentemente não é preciso recorrer a uma estratégia compatibilista a partir do argumento da transitividade), pois não há predeterminação causal por fatores internos. Pode-se entender que as passagens levantadas por Hobuss, em que claramente se identifica a possibilidade de mudança de caráter, implicam (assumindo que disposições de caráter são adquiridas sempre pelo hábito) que o agente moral está livre, na situação particular sendo as circunstâncias as mesmas, para fazer x ou ~x (tese [b] e [b’]).

Assim como essas passagens esparsas, as ponderações de Aristóteles a respeito das ações mistas fornecem o caso para uma leitura indeterminista. Não quero discutir as complicações envoltas na caracterização das ações mistas (por exemplo, se é realmente uma distinção inteligível no contexto da discussão do voluntário e do involuntário). Quero apenas enfatizar a evidência para o indeterminismo que está presente. Um exemplo de ação mista é a de um marinheiro que joga a carga para fora do barco para evitar um naufrágio. Neste caso, o ato de lançar a carga ao mar por um lado parece ser involuntário, pois em situações normais (não impostas por fatores externos) o agente não lançaria a carga valiosa (não é uma ação escolhida por si mesma), mas por outro é voluntário, uma vez que o princípio motor está no agente quando este arremessa a carga para fora do navio. Além disso, algumas ações mistas

⁴⁶ HOBUSS, J. “Caráter e Disposição em Aristóteles”. In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.75).

⁴⁷ ZINGANO, M. “Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder”. In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.99.

⁴⁸ NATALI, C. “Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN?”. *Analytica*, 8(2), 2004, p.71.

(como essa do marinheiro) compartilham a não imputabilidade moral dos atos involuntários (mesmo que a ação, estritamente, satisfaça as condições do ato voluntário). Aristóteles entende que atos assim são “mistos, mas assemelham-se mais a atos voluntários pela razão de serem escolhidos no momento em que se fazem e pelo fato de ser a finalidade de uma relativa às circunstâncias”⁴⁹. E logo nas linhas posteriores a essa frase, ele afirma que “ambos esses termos, ‘voluntário’ e ‘involuntário’, devem portanto ser usados com referência ao momento da ação”. Ora, o que tem de ser destacado é o *com referência ao momento da ação*. Aristóteles claramente está afirmando que, *no momento da ação*, na situação particular em que está agindo, o indivíduo está indeterminado. E logo após enfatizar o momento da ação ele argumenta que “aquelas coisas cujo princípio motor está em nós, em nós está igualmente o fazê-las ou não as fazer”⁵⁰.

Além disso, Aristóteles entende que certas ações mistas são moralmente imputáveis (por exemplo, um pai que destrói a cidade inteira para satisfazer a exigência que um sequestrador impõe para libertar a sua filha) e que o indivíduo deve suportar o sofrimento (nesse caso a perda de uma filha) e não executar a ação⁵¹. Precisamente, parece que o agente sempre pode, na situação particular, fazer x ou ~x. Quando discute esses casos moralmente imputáveis de ações mistas, Aristóteles não se refere ao fato de que tais agentes, em razão do seu caráter, estariam predeterminados a x ou ~x. Há abertura aos contrários *no momento da ação*, o que associa Aristóteles à posição indeterminista (b e b’).

Natali apresenta com clareza esse ponto. Considerando o caso das ações mistas, ele defende que Aristóteles distingue “exatamente aquilo que depende ou não depende de nós em um nível genérico e aquilo que depende (ou não depende) no nível da ação singular”. A indeterminação na ação singular é o que está implicado pela noção de agente enquanto causa motora das suas ações. O cerne da argumentação de Natali consiste em destacar que para Aristóteles não há uma “cadeia de dependência necessária entre as várias causas” e que as causas formais (caráter) e finais (fim)

⁴⁹ EN 1110a 10-15.

⁵⁰ EN 1110a 15-20.

⁵¹ EN 1110a 20-25.

podem estar operantes sem determinar a causa eficiente (motora), do que se segue que “as conexões de dependência causal necessária se instauram somente no interior dos gêneros singulares de causas e não entre causas de gêneros diversos”⁵². As ponderações de Natali apontam para a rejeição do pressuposto central das leituras predeterministas, a saber, que o caráter predetermina causalmente a ação singular.

Assim como Natali, Zingano também oferece uma defesa do indeterminismo a partir da consideração das ações mistas. Para ele, o decisivo é considerar a expressão *no momento da ação* ou (na sua tradução) *quando passamos à ação*, pois ela indica que é neste instante, no caso singular, que a ação deve ser vista como voluntária ou involuntária⁵³. Zingano entende que não se deve “dramatizar” a fixidez do caráter (o que é demonstrado por algumas passagens levantadas por Hobuss) e tomar em consideração que “Aristóteles obtém, no interior do domínio prático, simultaneamente a possibilidade de novidade na ação e a explicação de nossa constância no agir”⁵⁴. O caráter aqui adquire o estatuto de um conferidor de regularidade ou constância às ações, antes que o de um determinador de causas antecedentes. A argumentação de Zingano parece entender que “no interior do domínio prático” há uma relação de reciprocidade entre ação e caráter, pois a ação é realizada em função de disposições, mas as disposições são constituídas pelas próprias ações. Não há relação de determinação de parte a parte. E o que torna essa dinâmica no interior do domínio prático possível é o “fato de o sujeito poder deliberar sobre os meios para atingir seus fins”⁵⁵. A deliberação sobre meios, prerrogativa do intelecto prático, deixa espaço sempre para a possibilidade de ações contrárias às disposições, mesmo que tais ações sejam improváveis ou psicologicamente custosas. As ações não são meramente explicáveis através de “habituações”, como se a “razão prática” estivesse subjugada pela história passada do agente.

⁵² NATALI, C. “Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN?”. *Analytica*, 8(2), 2004, p.61.

⁵³ ZINGANO, M. “Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder”. In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.92.

⁵⁴ ZINGANO, M. “Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder”. In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.99.

⁵⁵ ZINGANO, M. “Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder”. In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.101.

O que Zingano e Natali demonstram, a partir da consideração das ações mistas, é que Aristóteles não entende que a ação pode ser reduzida, via conexão causal, às disposições do caráter. Antes, as ações mistas mostram que o agente é capaz de, contrariamente às suas crenças, desejos e hábitos, espontaneidade na ação. A abordagem de Zingano representa um avanço em relação à proposta de Natali justamente porque embora admita a espontaneidade da ação, não elimina (ou reduz enormemente como parece fazer Natali) a função que o caráter desempenha no momento da ação. O momento da ação é de indeterminação, mas a ação não pode ser resultado da atividade de uma “faculdade da razão” capaz de agir “livremente” e alheia às demais circunstâncias (externas e internas) nas quais o agente está imerso. Ao enfatizar “o domínio prático” Zingano justamente busca compatibilizar o indeterminismo com a tese aristotélica de que, em larga medida, é sempre possível prever uma ação a partir das disposições daquele que a pratica. Por isso o agente pode, sendo as circunstâncias as mesmas em tempos distintos, agir diferentemente, ainda que essas circunstâncias (internas) sejam constituidoras da própria ação. Se a leitura indeterminista de Zingano estiver correta, Aristóteles responde ao problema da responsabilidade sustentando que é possível ser moralmente responsável mesmo quando as ações são resultado de disposições (em um processo dinâmico no interior do domínio prático). Ser resultado de disposições não precisa significar ser parte de uma cadeia causal necessária.

As posições de Natali e Zingano filiam Aristóteles às posições (b) e (b’). Zingano mantém a indeterminação causal da ação em relação às circunstâncias internas (aceitando ações diferentes em circunstâncias idênticas) no momento particular, mas enfatiza que é de uma forma geral contrário ao pensamento aristotélico desconsiderar a função dessas circunstâncias. O agente está sempre imerso no domínio prático e a sua ação sempre se constitui nesse domínio, portanto dependentemente (não causalmente) de disposições, crenças e desejos. A posição Aristotélica, no que parece um avanço em relação a outras abordagens presentes na história da filosofia, lida com o problema sem precisar criar um ponto de vista externo ao domínio prático. Um ponto de vista externo a esse domínio é sempre metafísico, e

associar a ética com a metafísica (entendida no seu sentido de suprassensível) é tudo o que Aristóteles não desejava. A solução de Zingano parece faz justiça a esse espírito.

Considerações finais

Dado a solução de Zingano, como entender a discussão? Ela constitui uma resposta definitiva que mostra que Aristóteles estava defendendo um indeterminismo e rejeitando um predeterminismo? Acredito que não. Embora elegante, a tese de Zingano não parece ser uma solução propriamente de Aristóteles para o problema (a ausência de citações diretas no seu ensaio é sintomático), ainda que seja, sem dúvida, uma solução aristotélica. A partir dessa constatação penso ser razoável afirmar que há um claro limite no que se pode fazer aqui. Não parece claro que é possível demonstrar qual dos dois caminhos é aquele genuinamente adotado por Aristóteles. O pensador grego se pronunciou dubiamente sobre a questão e isso explica porque há tantos ensaios controversos comentando esse tema. A questão é indeterminada: o texto de Aristóteles não fornece elementos suficientes para decidir, com segurança, em que lado ele se posiciona. No entanto, creio que a solução proposta por Zingano deve ser vista por outro ângulo, certamente não menos meritório. A sua solução demonstra que é possível utilizar a filosofia aristotélica para articular uma solução ao problema da responsabilidade e da liberdade que poderia ter sido avançada pelo próprio Aristóteles, caso ele houvesse tomado a questão como uma dificuldade. Em acréscimo, Zingano mostra ser essa uma solução que, se comparada a outras da história da filosofia moral, é certamente mais “simples”. E nesse caso, como em todos os outros, a simplicidade está em favor da eficiência filosófica e não o contrário.

Referências

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. In: Col. Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- BOBZIEN, S. “The Inadvertent Conception and Late Birth of the Free-Will Problem”. *Phronesis*, 43 (2), 1998, p.133-175.

-
- BONDENSON, W. "Aristotle on Responsibility for One's Character and the Possibility of Character Change". *Phronesis*, 19 (1), 1974, p.59-65.
- CURREN, R. "The Contribution of 'Nicomachean Ethics' iii 5 to Aristotle's Theory of Responsibility". *History of Philosophy Quarterly*, 6 (3), 1989, p.261-277.
- GOULD, J. "The Stoic Conception of Fate". *Journal of the History of Ideas*, 45 (1), 1974, p.17-32.
- HARDIE, W. F.R. "Aristotle and the Freewill Problem". *Philosophy*, 43 (165), 1968, p.274-278.
- HEINAMAN, R. "Voluntary, Involuntary and Choice". In: ANAGNOSTOPOULOS, G. A *Companion to Aristotle*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009, p.483-497.
- HOBUSS, J. "Caráter e Disposição em Aristóteles". In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.69-83.
- HUBY, P. "The First Discovery of the Freewill Problem". *Philosophy*, 42 (162), 1967, p.353-362.
- IRWIN, T. "Reason and Responsibility in Aristotle". In: RORTY, A (ed.). *Essays on Aristotle's Ethics*. Los Angeles: University of California Press, 1980, p.117-155.
- NATALI, C. "Por que Aristóteles escreveu o livro III da EN?". *Analytica*, 8(2), 2004, p.47-75.
- ZINGANO, M. "Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder". In: HOBUSS, J (ed.). *Ética das Virtudes*. Florianópolis: Editora UFSC, 2011, p.85-108.
- ZINGANO, M. *Aristóteles: Tratado da Virtude Moral, Ethica Nicomachea I 13-III 8*. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.
- WILLIAMS, B. *Ethics and the Limits of Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
-

Doutoranda em Filosofia pela UNISINOS

E-mail: tiaraju.andrezza@gmail.com